



# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

## CONCURSO PÚBLICO

### 101 - ASSESSOR JURÍDICO

NOME DO CANDIDATO

NÚMERO DA INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--

#### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno de prova contém um total de 60 questões, numeradas de 1 a 60. Caso contrário solicite ao fiscal da sala um outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta correta.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão a que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de aparelhos eletrônicos.
- Você terá **4h (quatro horas)** para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.

"Direitos autorais reservados. Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem autorização prévia".



Agosto / 2006

**CONHECIMENTO BÁSICO**  
**Português**

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*Nas palavras de uma designer, “os objetos são uma forma de interagirmos com os outros. Eles servem para que sejamos aceitos socialmente, para nos tornar mais adequados à sociedade em que vivemos. Quando você compra um sofá, certamente pensa também nos seus amigos que vão se sentar nele.”*

*Já que precisamos dos objetos para compor nossas relações, de que forma então os escolhemos? Não há como negar que alguns parecem nos atrair mais do que outros – tanto é que muita gente confessa já ter comprado um livro ou um disco, só por causa da capa. Mesmo na hora de comprar um eletrodoméstico, em que, à primeira vista, a funcionalidade estaria em primeiro lugar, temos nossas preferências - que nem sempre são tão lógicas como se imagina. Segundo um psicólogo americano, quem entra em ação nessa hora é o sistema afetivo – o responsável, em nosso organismo, por julgar o que é bom ou ruim, seguro ou perigoso. Nada a ver com razão ou com a lógica.*

*Outro especialista endossa essa idéia. Ele afirma que, diferentemente do que dizia o filósofo francês (que imortalizou a máxima “penso, logo existo”), a tomada de decisões do ser humano está diretamente ligada à capacidade de sentir. A explicação para esse fenômeno é simples: quando nos deparamos com algo que julgamos atraente, isso nos causa uma sensação de bem-estar.*

*A emoção positiva de um belo objeto é imediatamente lida por nosso cérebro como vinda de uma coisa boa. Por isso escolhemos sempre aquilo que nos parece mais bonito, e não coisas que são apenas uma utilidade pura e simples. As coisas bonitas, por causarem uma boa sensação, também nos dão a impressão de funcionarem melhor. Deve ser por essas e outras que achamos que aquele carrão lindo e lustroso anda muito mais rápido do que o nosso velho, empoeirado e riscado possante – ainda que os dois tenham exatamente o mesmo motor.*

*Como a beleza é fundamental, eis que surgiram os “designers” para colocar o belo na nossa vida cotidiana. Eles são os responsáveis por fazer dos objetos muito mais do que meros utensílios – os objetos devem ser também capazes de melhorar nossa vida, de deixá-la mais bonita.*

**\*designer** = desenhista industrial (Dicionário Houaiss)

(Adaptado de Mariana Sgarioni e Bianca Grassetti, **Superinteressante**, Dezembro 2005, p.84-5)

1. Em resumo, afirma-se no texto que

- (A) a beleza dos objetos que nos cercam está diretamente ligada à utilidade que eles possam ter, fator importante em sua escolha.
- (B) a compra de objetos de pequena ou nenhuma utilidade é reflexo do desejo de consumo e de poder da sociedade moderna.
- (C) o raciocínio lógico costuma ser levado em conta, principalmente no momento da compra de quaisquer objetos.
- (D) os objetos que nos transmitem sensações agradáveis são também aqueles que costumam ser-nos de maior utilidade.

(E) a escolha que as pessoas fazem ao adquirir objetos está orientada muito mais pela emoção que eles despertam do que pela razão.

2. Segundo o texto, a afirmativa correta é:

- (A) A agradável sensação provocada por uma impressão estética é garantia de escolha de qualquer produto, acima de sua possível utilidade.
- (B) O cérebro humano tende a direcionar escolhas, que são feitas com base na razão, dos produtos que se encontram no mercado.
- (C) A padronização de produtos, resultante dos recursos tecnológicos atuais, leva em conta uma utilidade imediata, que diferencie a escolha entre tantos semelhantes.
- (D) O conceito de beleza, que deve atrair o consumidor no momento da compra, depende intrinsecamente da utilidade do objeto em vista.
- (E) A base racional do comportamento humano condiciona a aquisição daquilo que possa ser-nos úteis, em algum momento.

3. Conclui-se corretamente do que diz o último parágrafo do texto que

- (A) a utilidade dos objetos que nos cercam garante uma vida mais confortável, simples e única.
- (B) um objeto de utilidade em nossa vida cotidiana deve também apresentar uma forma atraente.
- (C) a profissão de “designer” perde espaço no mundo moderno, em que se valoriza demais a beleza.
- (D) a responsabilidade pelo uso de qualquer objeto cabe a cada um de nós, em nosso dia-a-dia.
- (E) a beleza de um objeto está intrinsecamente ligada à sua utilidade, definida sempre por um “designer”.

4. – ainda que os dois tenham exatamente o mesmo motor. (final do 4º parágrafo)

A frase transcrita acima introduz no contexto a noção de

- (A) proporcionalidade.
- (B) explicação.
- (C) finalidade.
- (D) restrição.
- (E) temporalidade.

5. Considere as alterações no emprego dos sinais de pontuação em frases do texto. Com essa alteração, houve também mudança de sentido em:

- (A) *Quando você compra um sofá, certamente pensa também nos seus amigos que vão se sentar nele.*  
Quando você compra um sofá, certamente pensa também nos seus amigos, que vão se sentar nele.
- (B) *parecem nos atrair mais do que outros – tanto é que muita gente confessa ...*  
parecem nos atrair mais do que outros, tanto é que muita gente confessa ...
- (C) *temos nossas preferências - que nem sempre são tão lógicas como se imagina.*  
temos nossas preferências, que nem sempre são tão lógicas como se imagina.
- (D) *(que imortalizou a máxima “penso, logo existo”)*  
- que imortalizou a máxima “penso, logo existo” -
- (E) *por fazer dos objetos muito mais do que meros utensílios – os objetos devem ser também capazes ...*  
por fazer dos objetos muito mais do que meros utensílios. Os objetos devem ser também capazes ...

6. A substituição dos segmentos grifados pelos pronomes correspondentes está INCORRETA em:

- (A) Quando você compra um sofá = Quando você o compra.
- (B) *já ter comprado um livro* = já tê-lo comprado.\_
- (C) *para compor nossas relações* = para compor-lhes.
- (D) Outro especialista endossa essa idéia = Outro especialista endossa-a.
- (E) *tenham exatamente o mesmo motor* = tenham-no.

7. A concordância está correta na frase:

- (A) É sempre os “designers” que tem o poder de criar objetos que nos agradam, e assim, convencer-nos a comprá-lo.
- (B) Um produto é criado para que os consumidores em potencial o comprem, diferenciando-o de todos os outros semelhantes.
- (C) Segundo a teoria de psicólogos, compra-se coisas não só porque é funcional, mas também porque nos atrai por sua beleza.
- (D) A marca registrada de algumas empresas tornaram-se irresistíveis aos consumidores, porque transmitem a idéia de poder e de modernidade.
- (E) Móveis distribuídos em um ambiente pode indicar relações hierárquicas entre pessoas, como mostra certos sentimentos as cores das roupas.

8. Há palavras escritas de modo INCORRETO na frase:

- (A) O sucesso de um produto está diretamente associado à beleza de uma embalagem, além do favorecimento das relações que envolvem os consumidores.
- (B) Para atender às exigências do modernismo industrial do início do século passado, surgiu a necessidade de fabricação de objetos em grandes quantidades.
- (C) É responsabilidade dos “designers” a funcionalidade dos objetos, como reduzir aparelhos de emergência médica para caber em ambulâncias ou em helicópteros.
- (D) É imprescindível que um produto tenha beleza para ser sedutor, mas deve apresentar também um significado atraente para as pessoas, não só hexibir formas agradáveis.
- (E) Objetos foram inventados pelo homem, como extensão de seu corpo, para que o protegessem da hostilidade do meio em que vivia e lhe fosse possível a consecução de seus objetivos.

**Atenção:** As questões de números 9 a 16 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*Nas sociedades industriais, a ciência e a tecnologia têm sido apontadas como fatores chaves para o crescimento e desenvolvimento econômico, esperança de um mundo melhor, força transformadora que libertaria os homens de trabalhos degradantes e embrutecedores.*

*O desenvolvimento científico e tecnológico ampliaria a capacidade humana de sobrevivência e permitiria o acesso a novos bens e serviços. Assim, constituiria a base de mudança da qualidade da civilização humana. Em defesa dessa tese apontam-se avanços como a redução da mortalidade, a erradicação de doenças, a disponibilidade de meios mais rápidos de transporte e comunicação, o aumento do nível educacional e a ampliação do acesso a bens culturais.*

*Por outro lado, embora os aspectos do desenvolvimento tecnológico tenham sido notáveis, muitos efeitos nocivos também se fizeram sentir, especialmente a influência da tecnologia nas guerras, na dominação e manipulação das sociedades pelos meios de comunicação de massa e a sua interferência nas condições de vida no planeta.*

*Esses aspectos negativos têm gerado intenso debate sobre a importância da tecnologia e da ciência para o desenvolvimento do homem. A crença cega e otimista tem sido revista, pois se verifica que conhecimento e progresso material não estão desvinculados de riscos, e sabemos que desenvolvimento material não significa, necessariamente, felicidade e progresso moral dos povos.*

*Em países como o Brasil, não se pode deixar de levar em conta que baixo desenvolvimento tecnológico é fator de dependência econômica. Os especialistas afirmam que no comércio de bens que incorporam valores tecnológicos o País tem sido um importador permanente, portanto deficitário e dependente, e essa tendência tem sido crescente.*

*Assim, a tecnologia e o seu desenvolvimento, além dos possíveis aspectos polêmicos, também significam a possibilidade de superar uma etapa de dependência e ampliação do uso de todas as potencialidades materiais e humanas de um país.*

(Adaptado de Manuel Barral. *Tecnologia, técnica e ciência*, in **Discutindo filosofia**. São Paulo: escala educacional, ano I, nº 3, p. 45)

9. A idéia central do texto está expressa da seguinte maneira:
- (A) Crença cega e otimista na importância da tecnologia e da ciência para o desenvolvimento humano.
  - (B) Felicidade e progresso moral dos povos, e sua garantia por meio do desenvolvimento tecnológico atual.
  - (C) Riscos e benefícios, reais e imaginários, vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico.
  - (D) Desenvolvimento humano e os prejuízos intercorrentes nas condições de vida do planeta.
  - (E) Deficiência significativa de recursos tecnológicos nos países ainda em desenvolvimento econômico.

10. No texto, o autor

- (A) aponta aspectos positivos e negativos decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, que possibilitou a consolidação da sociedade moderna.
- (B) discute aspectos do mundo moderno, pondo em xeque a contribuição da tecnologia para a qualidade real das condições da vida humana.
- (C) defende o desenvolvimento científico, como base dos ideais de liberdade que transformaram as relações sociais na história da humanidade.
- (D) censura a indevida importância atribuída ao desenvolvimento tecnológico no mundo atual, demonstrando seus efeitos perniciosos na sociedade.
- (E) duvida de certos conceitos valorizados no mundo moderno, trazidos pela ciência, que nem sempre propiciam bem-estar aos seres humanos.

11. Observa-se correlação entre fato e opinião nas referências, respectivamente, feitas em:

- (A) *...a ciência e a tecnologia têm sido apontadas como fatores chaves para o crescimento e desenvolvimento econômico // força transformadora que libertaria os homens de trabalhos degradantes e embrutecedores...*
- (B) *O desenvolvimento científico e tecnológico ampliaria a capacidade humana de sobrevivência ... // Assim, constituiria a base de mudança da qualidade da civilização humana.*
- (C) *...muitos efeitos nocivos também se fizeram sentir ... // Esses aspectos negativos têm gerado intenso debate...*
- (D) *...conhecimento e progresso material não estão desvinculados de riscos // desenvolvimento material não significa, necessariamente, felicidade e progresso moral dos povos.*
- (E) *...que no comércio de bens que incorporam valores tecnológicos o País tem sido um importador permanente // não se pode deixar de levar em conta*

*que baixo desenvolvimento tecnológico é fator de dependência econômica.*

12. Considere o emprego de algumas formas verbais no texto:

- I. *ampliaria, permitiria, constituiria* (2º parágrafo)
- II. *se fizeram sentir* (3º parágrafo)
- III. *têm gerado, tem sido revista* (4º parágrafo)

É correto afirmar que elas indicam, respectivamente,

- (A) fato habitual - narração animada - ênfase na afirmativa
- (B) desejo possível - verdade universal - fato consumado
- (C) limites imprecisos de uma ação futura - fato categórico - atualidade
- (D) hipótese provável - declaração real no passado - ação continuada no presente
- (E) idéia aproximada - repetição de um fato - incerteza

13. O desenvolvimento científico e tecnológico ampliaria a capacidade humana de sobrevivência... (2º parágrafo)

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:

- (A) *...embora os aspectos do desenvolvimento tecnológico tenham sido notáveis...*
- (B) *...que conhecimento e progresso material não estão desvinculados de riscos...*
- (C) *que desenvolvimento material não significa, necessariamente, felicidade e progresso moral dos povos.*
- (D) *...que baixo desenvolvimento tecnológico é fator de dependência econômica.*
- (E) *...o País tem sido um importador permanente...*

14. Em defesa dessa tese apontam-se avanços ...

A forma verbal desenvolvida, de idêntico valor e correspondente à que está grifada na frase acima, é

- (A) é apontado.
- (B) foi apontado.
- (C) tinham apontado.
- (D) foram apontadas.
- (E) são apontados.

15. Considere o par de palavras **ciência** e **científico**. As palavras que recebem acento gráfico pela mesma razão gramatical, respectivamente, formam a expressão

- (A) nível tecnológico.
- (B) dependência econômica.
- (C) países deficitários.

(D) importância notável.

(E) prováveis interferências.

16. Talvez seja possível perceber a diferença entre as palavras *técnica* e *tecnologia*, se considerarmos o significado atribuído ..... primeira. De origem grega, *técnica* é comumente relacionada ..... utilização de instrumentos, embora não se restrinja ..... isso.

As lacunas da frase acima estão corretamente preenchidas, respectivamente, por

(A) à - à - a

(B) à - à - à

(C) a - à - a

(D) a - a - a

(E) à - a - a

**Atenção:** As questões de números 17 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo, que faz parte do Relatório ao Governador do Estado de Alagoas, enviado pelo Prefeito de Palmeira dos Índios, em 1929.

#### Leis Municipais

*Em janeiro do ano passado, não achei no Município nada que se parecesse com lei, fora as que havia na tradição oral, anacrônicas, do tempo das candeias de azeite.*

*Constava a existência de um código municipal, coisa inatingível e obscura. Procurei, rebusquei, esquadrinhei, estive quase a recorrer ao espiritismo, convenci-me de que o código era uma espécie de lobisomem.*

*Afinal, em fevereiro, o secretário descobriu-o entre papéis do Império. Era um delgado volume impresso em 1865, encardido e dilacerado, de folhas soltas, com aparência de primeiro livro de leitura do Abílio Borges. Um furo. Encontrei no folheto algumas leis, aliás bem redigidas, e muito sebo.*

*Com elas e com outras que nos dá a Divina Providência consegui agüentar-me, até que o Conselho, em agosto, votou o código atual.*

(Graciliano Ramos. **Viventes das Alagoas**. Rio de Janeiro: Record, ed 17, p. 174)

17. Percebe-se claramente do texto que

(A) a tradição oral, resultante da sabedoria popular, é suficiente para o gerenciamento de um pequeno município.

(B) o antigo código municipal, apesar de datar do tempo do Império, seria instrumento suficiente para reger o município.

(C) as leis podem tornar-se instrumento ineficaz, devendo ser substituídas pela opinião comum e pela sensatez do governante.

(D) os pequenos municípios devem ser geridos por Conselhos, diante do despreparo da população, de idéias anacrônicas.

(E) o governo municipal possui um instrumento legal recente, capacitado a atender às necessidades de organização da rotina urbana.

18. Nas palavras do autor, é evidente

(A) enorme desencanto em relação à eficácia das leis, ainda que elas permaneçam na tradição popular, desde sua origem.

(B) grande admiração ao constatar que antigas leis podiam ser claras e, portanto, de pleno conhecimento da população.

(C) plena convicção de que os costumes estabelecidos pela tradição oral constituem instrumento legal para manter a ordem no município.

(D) profunda ironia quanto ao descaso de governos anteriores que deixaram de lado a atualização das leis, que deviam acompanhar o desenvolvimento do município.

(E) incômoda constatação da impossibilidade de resgatar antigas leis municipais, ainda adequadas à gestão do município.

19. *Procurei, rebusquei, esquadrinhei ...*

A seqüência dos verbos traduz, no contexto, idéia de

(A) repetição enfática de ações de idêntico sentido.

(B) suavização do sentido comum das ações indicadas.

(C) gradação ascendente no sentido dos atos praticados.

(D) enfraquecimento do sentido, marcado pela ordem das ações.

(E) oposição de sentido entre situações administrativas rotineiras.

20. Considere o trecho do documento em que o Presidente do Conselho encaminha ao Prefeito o resultado da votação do novo Código de Leis do Município:

Cabe-me, portanto, o dever de encaminhar- ..... o novo Código de Leis do Município, para conhecimento de ..... e demais providências necessárias.

Respeitosamente,  
Presidente do Conselho

A .....  
Senhor João Burocrata  
Prefeito deste Município

As lacunas acima estão corretamente preenchidas, respectivamente, por

(A) vos - V. Exa. - Vossa Excelência

(B) lhe - V. Exa. - Sua Excelência

- (C) vos - V. Sa. - Sua Senhoria  
(D) lhe - S. Exa. - Vossa Excelência  
(E) lhe - S. Sa. - Vossa Senhoria

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Quanto aos órgãos da Administração Indireta, as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito

- (A) público, dotadas de um patrimônio personalizado destacado pelo seu instituidor para atingir uma finalidade específica e estruturada sob a forma de sociedade anônima.  
(B) público, destinadas à prestação de serviços públicos delegados pela Administração Pública, contando com capital público e detentoras de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.  
(C) privado, criadas e extintas por lei para a exploração de atividades econômicas não exclusivas do Estado e constituídas sob a forma de sociedade empresarial ou civil.  
(D) privado, criadas para a prestação de serviços públicos ou exploração de atividades econômicas, contando com capital misto e estruturadas sob a forma de sociedade anônima.  
(E) público, criadas por lei específica para a exploração de atividade econômica ou para a prestação de serviços públicos, constituída com capital privado e sujeitas ao controle estatal.

22. Com relação aos atos administrativos, é correto afirmar que

- (A) podem ser revogados os atos que geram direitos adquiridos, bem como os vinculados.  
(B) a Administração pode decretar a nulidade de seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade.  
(C) o Judiciário pode revogar os atos administrativos quando eivados de vícios, com efeitos *ex tunc*.  
(D) de regra, o ato praticado com fim diverso daquele previsto implicitamente na lei pode ser declarado nulo pelo Poder Judiciário, com efeitos *ex nunc*.  
(E) não podem ser revogados os atos que exauriram os seus efeitos.

23. Observe as seguintes proposições:

- I. A denominada licitação deserta ocorre quando não acudirem interessados na licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.  
II. A licitação é inexigível quando motivos de interesse público justificam sua não realização, segundo enumeração exemplificativa estabelecida em lei.  
III. Na licitação dispensável há possibilidade de competição, mas a Administração Pública, discricionariamente, decide não realizá-la por constatar uma das hipóteses taxativamente previstas em lei.  
IV. A contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada, constitui hipótese de dispensa de licitação.

Estão corretos APENAS os itens

- (A) I e III.  
(B) II e IV.  
(C) III e IV.  
(D) I, II e III.  
(E) I, II, IV.

24. No que tange ao poder de polícia, é INCORRETO afirmar que

- (A) como todo ato administrativo, a medida de polícia, mesmo que discricionária, possui limitações legais, dentre outras, quanto à competência e aos fins.  
(B) cabe aos municípios o exercício da polícia administrativa em tudo o que for de interesse local.  
(C) consiste na faculdade de que dispõe os órgãos públicos de apurar e punir internamente as faltas funcionais de seus servidores.  
(D) é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.  
(E) o Poder Legislativo cria, por lei, as chamadas limitações administrativas ao exercício das liberdades públicas.

25. Dentre as formas de provimento de cargo público, a reintegração é

- (A) o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.  
(B) a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.  
(C) o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em virtude de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.  
(D) a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que

tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

- (E) o reingresso, no serviço público, do funcionário em disponibilidade, quando haja cargo vago de natureza e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado.

26. NÃO compete privativamente ao Senado Federal

- (A) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- (C) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término do seu mandato.
- (D) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (E) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

27. Em relação às medidas provisórias, estabelece a Constituição Federal que

- (A) a deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias, não dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
- (B) terão sua votação iniciada no Senado Federal, sendo que após deverão seguir para a Câmara dos Deputados.
- (C) é prorrogável o período de vigência de medida provisória, que no prazo de sessenta dias, contado de sua rubrica, tiver a sua votação encerrada em uma das Casas do Congresso Nacional.
- (D) é permitida a reedição, uma única vez e pelo mesmo período, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha perdido a sua eficácia por decurso de prazo.
- (E) aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

28. Quanto às Emendas Constitucionais é correto afirmar que

- (A) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (B) serão promulgadas e posteriormente publicadas pelo Chefe do Poder Executivo.
- (C) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

- (D) a Constituição poderá ser emendada ainda que na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou estado de sítio.

- (E) a proposta será discutida e votada em turno único do Congresso Nacional, considerando-se aprovada se obtiver a maioria simples dos votos dos seus membros.

29. Em tema de inconstitucionalidade das leis, observe as afirmativas abaixo.

I. Compete privativamente à Câmara dos Deputados, através de resolução, suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

II. Lei municipal pode vir a ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito do controle abstrato de constitucionalidade.

III. O prazo decadencial para a propositura da ação direta de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal é de cinco anos.

IV. Na ação direta de inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo federal, será previamente citado o Advogado-Geral da União que defenderá o ato ou texto impugnado.

V. Somente pelo voto da maioria simples de seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público Estadual e Municipal.

Estão corretas APENAS as afirmativas

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, IV e V.
- (E) III, IV e V.

30. Quanto ao veto do Presidente da República ao projeto de lei, é INCORRETO afirmar que

(A) mesmo após comunicadas as razões do veto ao Poder Legislativo, é ele retratável pelo Chefe do Executivo, desde que o faça até o início da sessão de votação para a sua apreciação.

(B) poderá ele vetar total ou parcialmente o projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo, desde que esta parcialidade somente alcance texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

(C) se for mantido o veto, o projeto de lei será arquivado, não havendo possibilidade de nova e posterior análise por parte do Poder Legislativo deste mesmo veto.

(D) a votação sobre a manutenção ou derrubada do veto será realizada em escrutínio secreto, para garantia de independência dos congressistas.

(E) se houver sanção parcial, somente o texto vetado retornará ao Congresso Nacional para deliberação. A parte sancionada deverá ser, no prazo de 48 horas, promulgada e publicada.

<p>31. Considere:</p> <p>I. o direito à sucessão aberta.</p> <p>II. as energias que tenham valor econômico.</p> <p>III. os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.</p> <p>De acordo com o Código Civil brasileiro, consideram-se bens imóveis para os efeitos legais, APENAS:</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>	<p>(E) poderá ser renunciada desde que a renúncia seja expressa, não havendo renúncia tácita por expressa vedação legal.</p> <p>34. Douglas casou-se com Silvia; João colou grau em curso de ensino médio e Pedro está exercendo emprego público transitório. Considerando que Douglas, João e Pedro são menores de idade, de acordo com o Código Civil brasileiro, a incapacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil cessou para</p> <p>(A) Douglas e Pedro.</p> <p>(B) Douglas e João.</p> <p>(C) Douglas, apenas.</p> <p>(D) João e Pedro.</p> <p>(E) João, apenas.</p>
<p>32. Com relação aos Defeitos do Negócio Jurídico, de acordo com o Código Civil brasileiro, é correto afirmar que</p> <p>(A) em razão de expressa disposição legal, o erro de cálculo é considerado erro substancial e anulará os negócios jurídicos.</p> <p>(B) o falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.</p> <p>(C) o dolo acidental, em regra, anula o negócio jurídico e obriga à satisfação das perdas e danos.</p> <p>(D) se ambas as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anular o negócio ou reclamar indenização.</p> <p>(E) configura lesão quando alguém, premido pela necessidade de se salvar de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.</p>	<p>35. O agente diplomático do Brasil que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado</p> <p>(A) em sua cidade natal, apenas.</p> <p>(B) em sua cidade natal ou onde residirem seus ascendentes.</p> <p>(C) no Distrito Federal, apenas.</p> <p>(D) no Distrito Federal ou qualquer outra capital do país.</p> <p>(E) no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.</p>
<p>33. De acordo com o Código Civil brasileiro, a prescrição</p> <p>(A) será interrompida por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.</p> <p>(B) da pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular ocorrerá em dois anos.</p> <p>(C) correrá normalmente contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.</p> <p>(D) da pretensão dos auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários ocorrerá em cinco anos.</p>	<p>36. No que tange à intervenção de terceiros, é correto afirmar que</p> <p>(A) no chamamento ao processo efetuado pelo autor, ocorre a ampliação subjetiva da relação processual.</p> <p>(B) no caso do nomeado à autoria reconhecer a qualidade que lhe é atribuída pelo réu nomeante, forma-se um litisconsórcio passivo unitário ulterior.</p> <p>(C) o réu que alega na contestação ilegitimidade passiva, não poderá propor a denunciação da lide, mesmo que verifique uma das hipóteses exemplificativamente elencadas na lei.</p> <p>(D) cabendo ao juiz decidir simultaneamente a ação e a oposição, desta conhecerá em primeiro lugar.</p> <p>(E) o assistente que possui interesse jurídico em que a sentença seja favorável ao réu, poderá integrar a lide após a contestação, oportunidade em que terá o prazo de quinze dias para aditá-la.</p> <p>37. Com relação ao mandado de segurança, observe:</p> <p>I. A sentença que concede o mandado de segurança fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não podendo, entretanto, ser executada provisoriamente.</p> <p>II. Praticado o ato por autoridade, no exercício da competência delegada, cabe contra ela o mandado de segurança.</p> <p>III. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, o pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança.</p> <p>IV. Do despacho de indeferimento da inicial caberá agravo de instrumento.</p> <p>Estão corretos APENAS os itens</p>



<p>(A) III e IV. (B) II e III. (C) I e II. (D) I, III e IV. (E) I, II, IV.</p> <p>38. Quanto à resposta do réu, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) podem opor exceção de suspeição e de impedimento, dentre outros, o autor, o réu e o oponente. (B) se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para a resposta correrá da intimação do despacho que deferir a desistência. (C) a desistência da ação, após a propositura da reconvenção, não impede o prosseguimento desta. (D) a incompetência relativa deve ser alegada em preliminar de contestação, já que constitui verdadeira objeção. (E) a incapacidade da parte e o defeito de representação são defesas indiretas de mérito, matérias de ordem pública, insuscetíveis de preclusão e que devem ser examinadas de ofício pelo juiz a qualquer tempo.</p>	<p>(D) declarar, em decisão irrecorrível, o autor carecedor da ação. (E) proferir sentença sem citar o réu, facultando ao autor agravar dentro do prazo de 15 (quinze) dias.</p> <p>41. Em matéria de imunidade tributária considere as afirmativas abaixo :</p> <p>I. A vedação de instituir imposto sobre o patrimônio, a renda ou serviços uns dos outros, isto é, entre as pessoas jurídicas de direito público interno, detentoras do poder de instituir e cobrar tributos. II. A vedação de instituir imposto sobre o patrimônio, a renda ou serviços dos templos de qualquer culto e das instituições de educação e assistência social. Tais situações dizem respeito, respectivamente, às imunidades (A) políticas e ontológicas. (B) ontológicas e políticas. (C) recíprocas e de isenção. (D) dos entes autárquicos e recíprocas. (E) de isenção e dos entes empresariais.</p>
<p>39. Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído <i>incontinenti</i>, o relator poderá deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão. Conforme a situação apresentada, a decisão liminar, quando proferida,</p> <p>(A) somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar. (B) poderá ser objeto de um novo agravo de instrumento interposto em até 15 (quinze) dias, dirigido diretamente ao tribunal competente. (C) não poderá ser executada pelo agravado até o trânsito em julgado do processo. (D) encontra-se sujeita ao duplo grau de jurisdição, que constitui condição necessária para a sua eficácia. (E) deverá ser comunicada ao agravado em até 5 (cinco) dias, não podendo ser reconsiderada pelo próprio relator.</p>	<p>42. É correta a afirmação de que o depósito do montante integral do crédito tributário</p> <p>(A) poderá ser convertido na dação em pagamento, excluindo-se o crédito tributário, quando esgotada a via judicial e se o vencido for a Fazenda Pública. (B) deverá ser feito sempre em juízo para que a exigibilidade do crédito tributário seja suspensa, não tendo efeitos quando perante a Administração. (C) tem natureza compulsória e constitui condição para que o sujeito passivo possa impugnar a exigência fiscal ou elidir a atualização monetária. (D) não suspende a exigibilidade do crédito tributário, mas sim a apresentação de recurso perante a autoridade competente, precedido do depósito integral. (E) tem a finalidade de discutir a legalidade do lançamento, mas sendo incabível para a sustação da incidência da correção monetária, juros e multa.</p>
<p>40. A Lei 11.277/06, que alterou recentemente o Código de Processo Civil, prevê as ações repetitivas, que são aquelas envolvendo matéria unicamente de direito e já decididas anteriormente no juízo com total improcedência em outros casos idênticos. Nesse caso, o juiz poderá</p> <p>(A) não receber a inicial, hipótese em que o autor poderá interpor apelação, facultando ao juiz, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, reformar sua decisão. (B) citar o réu para responder em até 5 (cinco) dias, sob pena de extinguir o processo sem resolução de mérito. (C) dispensar a citação e proferir de imediato a sentença, reproduzindo o teor da anteriormente prolatada.</p>	<p>43. No que diz respeito a legislação tributária, considere :</p> <p>I. Na ausência de disposição expressa, a autoridade para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente na seguinte ordem, os princípios gerais de direito tributário, os de direito público, a analogia e a equidade. II. A interpretação autêntica da lei tributária tem como critério o estudo da regra jurídica colocado dentro de um sistema jurídico, extraíndo-se o sentido que não se desincompatibilize com o sistema. III. O Código Tributário Nacional veda a interpretação analógica ou por qualquer forma de integração nos casos, entre outros, de suspensão ou exclusão do crédito tributário e outorga de isenção. Nesses casos, a interpretação deve ser literal. IV. A interpretação lógica vai além das palavras para inquirir sobre os fatores racionais e elementos que influíram na construção do texto legal, tendo o auxílio dos métodos indutivo, dedutivo, analógico e outros. Nesses casos, são corretos APENAS o que se afirma em</p>

<p>(A) I e II. (B) I e III. (C) I e IV. (D) II e IV. (E) III e IV.</p> <p>44. No que se refere à dívida ativa, é certo que, regularmente inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez,</p> <p>(A) e tem o efeito de prova pré-constituída. Essa presunção é relativa e pode ser elidida por meios de prova inequívoca também a cargo do terceiro a que aproveite. (B) mas não o efeito de prova pré-constituída. Essa presunção, apesar de absoluta, pode ser elidida pelos meios de prova, desde que a cargo do sujeito passivo. (C) e tem o efeito de prova pré-constituída. Essa presunção é absoluta face ao reconhecimento da legitimidade do ato pela Administração, não podendo ser elidida por outros meios de prova. (D) mas não tem o efeito de prova pré-constituída. Essa presunção é comum e pode ser elidida pelos demais meios de prova por qualquer pessoa física ou jurídica. (E) e tem, de regra, o efeito de prova pré-constituída. Em todos os casos, a presunção é comum, mas não pode ser elidida por prova a cargo do terceiro a que aproveite.</p>	<p>(C) quando o empregado falta para, comprovadamente, realizar provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior. (D) durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para efetivação do benefício do empregado que for aposentado por invalidez. (E) quando o empregado faltar ao serviço em caso de doação voluntária de sangue, devidamente comprovada.</p> <p>47. Com relação às Convenções Coletivas de trabalho é correto afirmar que</p> <p>(A) deverão conter obrigatoriamente as penalidades para os Sindicatos convenientes, os empregados e as empresas em caso de violação de seus dispositivos. (B) são os pactos entre uma ou mais empresas com o sindicato da categoria profissional, em que são estabelecidas condições de trabalho aplicáveis a essas empresas. (C) se trata de um ato formal, mas podem ser estabelecidas verbalmente, como ocorre com os contratos de trabalho, havendo dispositivo expresso neste sentido. (D) o prazo máximo de validade das Convenções Coletivas de Trabalho é de 3 anos, sendo permitida uma prorrogação por igual período. (E) os Sindicatos poderão celebrar Convenções Coletivas de Trabalho em Assembléia Geral Ordinária, não havendo obrigatoriedade em convocar Assembléia especial.</p>
<p>45. Considere as seguintes afirmativas a respeito da Remuneração:</p> <p>I. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. II. Não é considerada como salário <i>in natura</i> a educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a: matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático. III. Incluem-se nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% do salário percebido pelo empregado.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III. (B) I e III. (C) I e II. (D) III. (E) II.</p>	<p>48. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, se o empregado tiver 10 faltas injustificadas durante o período aquisitivo das férias, terá direito de gozar</p> <p>(A) 30 dias corridos de férias. (B) 24 dias corridos de férias. (C) 18 dias corridos de férias. (D) 12 dias corridos de férias. (E) 10 dias corridos de férias.</p>
<p>46. O contrato individual de trabalho será suspenso</p> <p>(A) durante o período em que o empregado estiver no gozo de suas férias bem como no repouso semanal remunerado. (B) quando o empregado falta, até três dias consecutivos, em virtude de casamento.</p>	<p>49. A respeito dos Crimes contra a Pessoa, é correto afirmar que</p> <p>(A) o emprego de meio cruel praticado após a morte da vítima constitui circunstância qualificadora do crime de homicídio. (B) dentre as qualificadoras do crime de homicídio previstas no Código Penal brasileiro se inclui a premeditação. (C) é inadmissível a coexistência de homicídio privilegiado e qualificado por circunstâncias de natureza subjetiva. (D) o confinamento consistente na colocação da vítima em local em que não penetre o ar não constitui circunstância qualificadora do crime de homicídio.</p>

<p>(E) a superioridade de armas, de acordo com o Código Penal brasileiro, constitui circunstância qualificadora do crime de homicídio.</p> <p>50. Tício, maior, com 25 anos de idade, combinou com um menor de 11 anos, a prática de um furto em residência. O menor ficou do lado de fora, vigiando, enquanto Tício subiu a escada de acesso ao imóvel, arrombou a porta com um pedaço de pau, ingressou na casa e subtraiu jóias e dinheiro. Nesse caso, no que concerne aos Crimes Contra o Patrimônio, Tício responderá por furto qualificado</p> <p>(A) pela escalada e pelo arrombamento.</p> <p>(B) apenas pelo concurso de agentes.</p> <p>(C) apenas pelo arrombamento.</p> <p>(D) pelo concurso de agentes, pela escalada e pelo arrombamento.</p> <p>(E) pelo concurso de agentes e pelo arrombamento.</p>	<p>o Presidente da Câmara Municipal e o Secretário de Governo.</p> <p>(D) se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.</p> <p>(E) o Prefeito e o Vice-Prefeito, este quando remunerado, deverão desincompatibilizar-se no ato da posse.</p> <p>53. Nos termos do disposto na Lei Orgânica do Município de São Bernardo do Campo, os Vereadores</p> <p>(A) não poderão, desde a posse, exercer cargo, emprego ou função remunerada, inclusive os demissíveis <i>ad nutum</i>, nas autarquias e empresas públicas municipais.</p> <p>(B) possuem imunidade formal, razão pela qual são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.</p> <p>(C) não poderão, desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.</p> <p>(D) perderão o respectivo mandato quando investidos em cargo de Secretário Municipal ou Estadual.</p> <p>(E) deverão, no ato da posse, desincompatibilizar-se e, na mesma ocasião e ao término do mandato, fazer declaração de seus bens, que será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo.</p>
<p>51. Considere os seguintes documentos:</p> <p>I. Livros Mercantis.</p> <p>II. Testamento Particular.</p> <p>III. Nota Promissória.</p> <p>IV. Fotografia da Posse de um Servidor Público.</p> <p>V. Ações de Sociedade Comercial.</p> <p>Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público, os indicados APENAS em</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) III e IV.</p> <p>(C) I, III e V.</p> <p>(D) I, II, III e V.</p> <p>(E) II, III, IV e V.</p>	<p>54. Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, as Comissões</p> <p>(A) temporárias são criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da sessão legislativa ou antes dela, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração.</p> <p>(B) Parlamentares de Inquérito são permanentes e instituídas para apuração, em prazo certo, de fatos determinados e de competência do Município, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.</p> <p>(C) permanentes reúnem-se uma vez por semana, ordinariamente, sempre que houver matéria a ser apreciada e extraordinariamente sempre que convocadas pelo respectivo Presidente ou pela maioria de seus membros.</p> <p>(D) funcionam legalmente, desde que se encontre presente à reunião a maioria absoluta de seus membros.</p> <p>(E) de representação são destinadas à elaboração de códigos, projetos e outros trabalhos sobre assuntos de interesse do Município.</p>
<p>52. Com relação ao Poder Executivo do Município de São Bernardo do Campo, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o Vice-Prefeito substitui o Prefeito em caso de licença, férias ou impedimento e o sucede em caso de vaga.</p> <p>(B) o Prefeito não poderá, sem licença da Câmara Municipal, afastar-se do cargo por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.</p> <p>(C) em caso de impedimento do Prefeito e de seu Vice, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Prefeitura</p>	<p>55. Ao Presidente da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, dentre outras atribuições, compete</p> <p>(A) autorizar as despesas da Câmara Municipal, dentro dos limites do orçamento.</p> <p>(B) verificar e declarar a presença dos Vereadores, pelo respectivo livro de presença, no início da sessão.</p>

<p>(C) fornecer o número de Vereadores presentes e ausentes à sessão, bem como o resultado das votações e eleições.</p> <p>(D) ler durante a sessão, as proposições e demais documentos para conhecimento ou deliberação do Plenário.</p> <p>(E) lavrar, no respectivo diploma, o termo de posse de Vereador efetivo e suplente convocado.</p> <p>56. Após a aprovação de determinado projeto de lei, na forma regimental, foi ele enviado ao Prefeito que, por considerá-lo contrário ao interesse público, vetou-o integralmente. Entretanto, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de São Bernardo do Campo, o veto foi rejeitado pela Câmara Municipal, razão pela qual a lei foi enviada ao Chefe do Executivo que, se não promulgá-la no prazo de</p> <p>(A) vinte e quatro horas, à promulgação caberá ao Vice-Prefeito.</p> <p>(B) quarenta e oito horas, à promulgação deverá ser feita pelo Presidente da Câmara Municipal.</p> <p>(C) quarenta e oito horas, considerar-se-á promulgada tacitamente.</p> <p>(D) vinte e quatro horas, deverá ser promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal.</p> <p>(E) setenta e duas horas, considerar-se-á sancionada e promulgada pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal.</p>	<p>(B) encerramento de sessão permanente.</p> <p>(C) suspensão de tramitação de proposições.</p> <p>(D) adiamento da discussão e votação.</p> <p>(E) constituição de comissões especiais e de inquérito.</p> <p>59. Com relação aos projetos de emenda à Lei Orgânica e, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, observe:</p> <p>I. São legitimados para apresentar proposta de emenda à Lei Orgânica, dentre outros, o Prefeito Municipal e qualquer membro da Câmara Municipal.</p> <p>II. A emenda será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal.</p> <p>III. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos.</p> <p>IV. Considera-se aprovada a emenda se obtiver a maioria absoluta dos votos favoráveis dos membros da Casa.</p> <p>Estão corretos APENAS os itens</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>
<p>57. Nos termos do disposto na Lei Complementar 95/98, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabelecem período de vacância far-se-á com a exclusão da data da publicação e inclusão do último dia do prazo.</p> <p>(B) a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.</p> <p>(C) a vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para leis de pequena repercussão.</p> <p>(D) o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.</p> <p>(E) a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.</p>	<p>60. Conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, a indicação é</p> <p>(A) a proposta de lei ordinária subscrita por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município.</p> <p>(B) todo pedido dirigido ao Presidente da Câmara Municipal sobre matéria de expediente ou de ordem, por qualquer Vereador, devendo ser resolvido pela Câmara.</p> <p>(C) a proposição pela qual o Vereador expressa seu louvor, congratulação ou pesar, devendo ser apresentada à Mesa Diretora, oportunidade em que é imediatamente despachada pelo Presidente e enviada à publicação.</p> <p>(D) a proposta de que dispõe o Vereador para apresentar sugestões de interesse público à Câmara e ao Prefeito.</p> <p>(E) o requerimento dirigido ao Presidente do Legislativo Municipal que contenha matéria de interesse regional ou nacional.</p>
<p>58. Segundo o disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, são escritos, estando sujeitos à discussão e votação pelo Plenário, os requerimentos que solicitem</p> <p>(A) prorrogação de prazo às comissões.</p>	